

Teorias da Subjetividade: convergências e contradições

Theories of Subjectivity: convergences and contradictions

Andréia Godinho Moreira

Hermínia Maria Martins Lima Silveira *

Resumo

Compreender como o homem se constitui enquanto sujeito é uma preocupação constante de estudiosos de diversas áreas do conhecimento, desde a antiguidade grega até a atualidade. Tendo em vista a diversidade de estudos acerca do sujeito e da subjetividade, este artigo pretende apresentar e analisar algumas teorias, destacando a importância dessas pesquisas para os estudos da linguagem.

Palavras-chave: Sujeito; Subjetividade; Linguagem.

Introdução

Este trabalho tem como foco apresentar um percurso histórico da noção de sujeito, à luz de diferentes perspectivas teóricas, concernentes aos estudos da linguagem e às ciências sociais. Tais perspectivas se apresentam aqui como uma rede conceitual que fundamentará a reflexão proposta, sem que se percam de vista as especificidades, as nuances que cada teoria guarda em relação ao sujeito e à subjetividade. No tocante à subjetividade, constata-se uma infinidade de teorias advindas de estudos empreendidos em diferentes áreas das ciências humanas.

É importante ressaltar que não é objetivo deste artigo proceder a uma descrição pormenorizada dessas teorias, nem realizar uma análise exaustiva de

* Mestres em Linguística e Língua Portuguesa - PUC Minas.

determinadas conceituações de sujeito e de subjetividade. No entanto, procuraremos investir nessa empreitada, com vistas a colher, por meio desses estudos, contribuições teóricas que fundamentem a concepção proposta neste trabalho, segundo a qual o sujeito é uma construção discursiva, constituído, portanto, na e pela interação.

Algumas concepções de sujeito e subjetividade

Os primeiros estudos acerca da noção de subjetividade foram produzidos no âmbito da Filosofia. Na Grécia antiga, Platão, em seus estudos a respeito do conhecimento humano, já tecia considerações sobre o sujeito. Esse filósofo entendia o ato de conhecer como um reconhecimento dos sentidos inscritos nas coisas, por isso, para ele, o saber não era construído pelo homem, porque Deus era responsável pela criação e ao homem cabia apenas a imitação; o conhecimento se dava pelo reconhecimento. Em diálogo com essa ideia, recorreremos às palavras de Brandão: “o SER tinha uma existência autônoma, era algo exterior ao homem a quem cabia apenas uma função de reconhecimento e não de construção de saber” (BRANDÃO, 1998, p. 34).

O advento da subjetividade na Filosofia se dá, mais precisamente, no momento em que a consciência passa a ser considerada como produtora de todas as verdades. Assim, o existencialismo é o ponto de partida da Filosofia Humanista e tal ideia é fundamentada pelo célebre axioma de Descartes, de que pensar, é logo, existir. Nas palavras de Brandão:

A verdade não é simplesmente reconhecida, mas produzida pelo homem nesse processo de percepção de si próprio. O “eu penso” é a primeira verdade, a de acesso mais imediato e o ponto de partida de todas as outras evidências que serão produzidas por esse mesmo “eu penso”. (BRANDÃO, 1998, p.34)

De acordo com a concepção cartesiana, a subjetividade é responsável pela construção do saber e esse processo acontece quando o sujeito passa a representar o objeto, atribuindo-lhe significado: “considerado como uma exterioridade, o objeto passa a ser algo que é representado por um sujeito que lhe confere sentido”

(BRANDÃO, 1998, p.35). Esse processo de representação considera o princípio da identidade e recusa a contradição, uma vez que o sujeito, na concepção de Descartes, seria um produtor de verdades universais, o que, no entendimento de Rey (2003), contribuiu para a construção de uma visão maniqueísta da sociedade:

Por trás dessa ideia está o princípio profundamente racional de caráter universal das crenças que permite uma divisão estática entre um mundo “bom” e outro “mau”, o que tem escasso valor ético e moral, pois todos sentimos que somos parte do mundo “bom”, assumindo muito pouco a identidade do mal. A ideia de um sujeito universal apresenta-se muito associada à do sujeito ideal que inspirou boa parte das construções éticas, políticas e religiosas do pensamento ocidental e que continuam muito arraigadas até hoje. (REY, 2003, p. 21).

Nesse momento, surge a dialética da realidade e a subjetividade, que antes estava na identidade dos seres, agora, é construída na relação de oposição entre eles.

Foucault (1972) nega a unicidade do sujeito e o inscreve no âmbito da linguagem, opondo-se à ideia de uma subjetividade produtora de verdades universais, uma vez que, no entendimento desse autor, a contradição é inerente ao discurso. Nesse sentido, o discurso deixa de ser a manifestação “majestosamente desenvolvida” de um sujeito pensante para se constituir em um espaço de exterioridade no qual o sujeito pode ocupar diversos lugares. Segundo a teoria foucaultiana, o sujeito pode assumir diversas posições em suas práticas discursivas, o que caracteriza sua dispersão:

As diversas modalidades de enunciação em lugar de remeter à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão. Aos diversos estatutos, aos diversos lugares, às diversas posições que pode ocupar ou receber quando tem um discurso. À descontinuidade dos planos de onde fala. (FOUCAULT, 1972, p. 69-70).

Kant também desconstrói a ideia cartesiana, uma vez que a construção do pensamento não está simplesmente ligada ao fato do “eu penso” como determinante das propriedades dos objetos, mas sim na relação que o indivíduo estabelece com o meio. Na concepção kantiana, a relação entre o sujeito e o objeto passa pela percepção individual:

Temos querido provar que todas as nossas intuições só são representações de fenômenos, que não percebemos as coisas como são em si mesmas, nem são as suas relações tais como se nos apresentam, e que se suprimíssemos nosso sujeito, ou simplesmente a constituição subjetiva dos nossos sentidos em geral, desapareceriam também todas as propriedades, todas as relações dos objetos no espaço e no tempo, e também o espaço e o tempo, porque tudo isto, como fenômeno, não pode existir em si, mas somente em nós mesmos. (KANT, s.d., p. 25).

Outro filósofo que problematiza a visão cartesiana é Husserl (1929). Ao discorrer sobre o que considera ser uma nova fenomenologia, esse filósofo chega a salientar a influência do pensamento cartesiano sobre essa corrente filosófica, mas propõe uma reformulação das meditações de Descartes, no que tange à noção de sujeito. No entendimento de Husserl, o sujeito cartesiano é abstrato, desvinculado do mundo:

Infelizmente é o que acontece em Descartes com a viragem discreta, mas funesta, que transforma o ego em *substantia cogitans*, em *animus* humano separado, em ponto de partida para raciocínios segundo o princípio da causalidade, em suma, com a viragem pela qual se tornou o pai do contraditório realismo transcendental. (HUSSERL, 1929, p. 8).

Para Husserl, faltou a Descartes desvendar o ego, compreendendo-o, não como algo vago, mas como uma “corrente incessante do ser” (HUSSERL, 1929, p.13). No campo da Psicologia, retomando Rey, a rejeição ao sujeito da razão provocou o que esse autor denomina “morte do sujeito”. Dessa forma:

A subjetividade e o sujeito não aparecem na psicologia como resultado de seu trânsito pela modernidade, mas como resultado de sua assimilação da dialética marxista, enriquecida no processo de desenvolvimento da psicologia pela influência crescente do pensamento complexo nas ciências do homem. (REY, 2003, p. 222).

Cumpramos ressaltar que nem sempre a Psicologia abarcou discussões sobre a subjetividade. Rey (2003), ao traçar um panorama das teorias do sujeito no âmbito da Psicologia, destaca as bases empiristas e experimentais que dominaram essa ciência, no final do século XIX e início do século XX, na Europa e nos Estados Unidos. A subjetividade aparece na Psicologia como produto da assimilação da dialética marxista. Dessa forma, pode-se notar a influência da visão marxista na Psicologia Social.

A assimilação organizada do marxismo pela psicologia, que se apresenta pela primeira vez na psicologia soviética, incorporou a visão marxista do homem na construção do pensamento psicológico e, pela primeira vez, reconheceu a formação da psique dentro do espaço histórico-cultural do homem. (REY, 2003, p. 222).

Ainda segundo esse autor, o surgimento da psicanálise foi fundamental para a inclusão do tema subjetividade nos estudos de Psicologia. Rey (2003) analisa as contribuições de Freud e Lacan, apontando os avanços de suas teorias e, ao mesmo tempo, tece algumas críticas a partir das lacunas deixadas por esses autores.

Ao falar sobre Freud, Rey (2003) destaca a importância do estudo de casos para a construção da base teórica da Psicologia. Porém, acrescenta que o sujeito freudiano se apresenta como um cenário de luta de forças, o que não nos autoriza, no entendimento de Rey, a considerar esse indivíduo como um sujeito propriamente dito.

Com relação ao sujeito lacaniano, Rey (2003) destaca a inserção da linguagem nos estudos daquele autor. Apesar de considerar tal fato como um avanço da teoria lacaniana, Rey sustenta que o “sujeito de Lacan é ficcional; está incapacitado para seguir o princípio da realidade” (REY, 2003, p.38). A linguagem, então, deixa de ser uma forma de expressão, desenvolvimento e mudança do próprio sujeito, uma vez que esse sujeito não se responsabiliza por sua ação no mundo. Sob essa perspectiva, o sujeito lacaniano é visto mais como uma entidade/construção psíquica que se adapta ao mundo, não se constituindo em agente de transformação, ou seja, é um sujeito incapaz de romper, de criar, de mudar e se torna “preso” às estruturas da linguagem, tornando-se produto delas. Portanto, é um sujeito a-histórico, alienado e sem criatividade. Dessa forma, para Rey, o sujeito lacaniano aparece como efeito, o que o descaracteriza enquanto sujeito social, com uma história, cuja consciência reflete as implicações da relação entre o eu e o outro.

Em seus estudos, Rey defende um sujeito que só existe em sua relação com o social, rompendo com a ideia de que a subjetividade é um fenômeno individual. Na perspectiva da subjetividade social, segundo o autor:

Os processos sociais deixam de ser vistos como externos em relação aos indivíduos, ou como um bloco de determinantes consolidados, que adquirem o status do "objetivo" diante da subjetividade individual, para serem vistos como processos implicados dentro de um sistema complexo, a

subjetividade social, da qual o indivíduo é constituinte e, simultaneamente, constituído. (REY, 2003, p. 202).

Em consonância com Rey, reafirmamos, aqui, que o sujeito é ativo, atuante na sociedade em que está inserido, um sujeito que age no mundo através do discurso, constituindo a realidade e a si mesmo no processo de interação dos indivíduos em um determinado espaço social.

Linguagem e subjetividade

Como dito, defendemos, neste trabalho, a ideia segundo a qual o sujeito é (re)construído discursivamente, por meio da interação, não se tratando, portanto, de uma entidade dotada de um comportamento fixo, estável e único.

Na busca de referenciais teóricos que fundamentem a noção de sujeito com a qual operamos, trazemos aqui algumas contribuições da Análise do Discurso e da Linguística da Enunciação acerca da problemática do sujeito na e da linguagem.

A noção de sujeito nos estudos da linguagem sofreu influências da Filosofia e da Psicologia. É Benveniste quem instaura uma reflexão acerca da subjetividade na linguagem, ao desenvolver um estudo do sistema pronominal do francês. Para esse teórico, “os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem” (BENVENISTE, 1988, p. 288). De acordo com Benveniste (1988), cada locutor se apresenta no enunciado por formas linguísticas que o tornam “dono” do seu discurso, ou melhor, “é na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’.” (BENVENISTE, 1988, p. 288). O sujeito, ao assumir o papel do “eu” no discurso, instaura instantaneamente o outro/alocutário como “tu”. Para Benveniste, a enunciação é um processo em que o indivíduo apropria-se da língua para dizer algo e esse processo se torna possível apenas nesse momento. A subjetividade, nessa perspectiva, é, portanto, individual e só existe dentro da instância do discurso, o que equivale a dizer que a realidade desse sujeito é aquela instaurada pela língua em funcionamento, portanto, no discurso, e só tem referência atual, necessitando ser atualizada pelo sujeito a cada enunciação.

Avançando nessa discussão, focalizemos agora o sujeito na Análise do Discurso (AD). Para abordarmos a noção de sujeito na AD, tomaremos como referência os estudos desenvolvidos por Pêcheux que se apresentam em três épocas da AD francesa. Segundo esse autor, na Primeira Época da AD (AD1), o sujeito se constitui no discurso juntamente com a construção de sentido. Nesse quadro teórico, concebe-se o sujeito como assujeitado aos elementos de determinada formação discursiva: “os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’.” (PÊCHEUX, 2010, p. 307).

Na Segunda Época da AD (AD2), o sujeito do discurso ainda é considerado um sujeito assujeitado à FD com a qual se identifica. No entanto, influenciado pela noção de FD de Foucault (1972), Pêcheux se abre a uma nova questão teórica, ao questionar a própria noção de FD. A formação discursiva deixa de ser um dispositivo estrutural fechado e passa a ser invadida por outras formações discursivas. Nas palavras de Pêcheux,

Uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, já que ela é constitutivamente ‘invadida’ por elementos provenientes de outros lugares (i.e., de outras formações discursivas) que nela se repetem, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’). (PÊCHEUX, 2010, p. 310).

Sob essa orientação, há uma preocupação em refletir acerca da relação da linguagem com a exterioridade. É a partir desse foco que surge a noção de interdiscurso para nomear esses elementos provenientes de outros lugares, ou seja, o exterior de uma FD. Para Pêcheux (2010), a exterioridade é entendida como pano de fundo dos discursos, as chamadas condições de produção.

Já a terceira e última fase, ou seja, a terceira época da AD (AD3) aborda a noção de alteridade na identidade discursiva. Essa fase é marcada pela concepção do discurso como heterogêneo, em que todo discurso é atravessado pelo discurso do outro. Pêcheux (2010) reconhece uma heterogeneidade que é constitutiva do discurso, sendo determinada pelas várias posições assumidas pelo sujeito.

Desse modo, não há um sujeito único, mas diversas Posições-sujeito, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas. É importante dizer que uma Posição-sujeito é um objeto imaginário que representa no

processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura social. Assim, esses lugares de onde os locutores falam dão formas ao próprio discurso.

Em uma abordagem dialógica, temos Bakhtin/Volochinov (1992) que defende a noção de sujeito histórico, já que o discurso é produzido em um contexto determinado pelo lugar de onde o indivíduo fala, em um dado momento, em um espaço social específico. O sujeito bakhtiniano se constitui, então, no processo de interação entre os indivíduos socialmente organizados. Segundo esse teórico:

Na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de natureza social. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p. 109).

Nota-se, nessa abordagem, a importância dada à interação social no que se refere à produção do discurso e ao lugar do sujeito. Ainda segundo o autor:

A estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. O ato de fala individual (no sentido estrito do termo “individual”) é uma *contradictio in adjecto* (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p. 127).

Para Bakhtin/Volochinov, a palavra admite duas faces: o discurso é instaurado por alguém que se dirige ao outro. “Ela [a palavra] é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p.113). No processo interativo, o discurso é comumente atravessado por diferentes vozes, caracterizando a polifonia. Ao discorrer sobre o discurso citado, Bakhtin/Volochinov (1992) afirma que “a língua elabora meios mais sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p. 150).

Na visão bakhtiniana, a língua é um fenômeno social que se constitui no processo de interação verbal realizado na/pela interação: “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído por um representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor” (BAKHTIN, 1992, p.112). Desse modo, tal assunção implica conceber, ainda segundo esse autor, que toda palavra possui duas faces, uma vez que procede do “eu” em direção ao “outro”, isto é, “os pares da

interlocução”. Portanto, no entendimento de Bakhtin/Volochinov, o sujeito só existe na intersubjetividade, pois é atravessado pelas vozes que o constituem.

Ducrot (1987), baseado na teoria polifônica bakhtiniana e com o objetivo de apontar problemas na tese de que o sujeito é o único “dono” do seu dizer, desenvolveu seus estudos sobre o fenômeno da polifonia na enunciação, circunscritos aos estudos da Pragmática Linguística. Para esse autor, o locutor é aquele que é responsável pela enunciação, sendo capaz de pôr em cena enunciadores que apresentam diferentes pontos de vista. Ducrot considera que a ocorrência da polifonia está diretamente relacionada à existência de dois tipos de “personagens” em uma enunciação: enunciadores e locutores. Portanto, defende, ainda, a ideia de que a língua traz elementos que corroboram a assunção do ponto de vista de onde se posiciona o locutor, deixando entrever as posições assumidas pelo sujeito no e pelo discurso. Na teoria defendida por Ducrot (1987), o locutor é um ser do discurso enquanto o sujeito falante é um ser empírico e os enunciadores são definidos como

Seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras.” (DUCROT, 1987, p. 192).

Esses “seres” descritos pelo autor seriam, na verdade, as vozes que atravessam o discurso do locutor.

Em meio às concepções de sujeito ora convergentes ora antagônicas, aqui apresentadas, acrescentamos a reflexão de Possenti (2009), que julgamos essencial aos estudos atuais da problemática do sujeito, no âmbito da Análise do Discurso. Ao discordar da noção de sujeito assujeitado, que não sabe o que diz, Possenti não defende o sujeito totalmente livre, dono do seu dizer, mas acredita no sujeito ativo, uma vez que:

Sujeitos livres decidiriam a seu bel-prazer o que dizer em uma situação de interação. Sujeitos assujeitados seriam apenas pontos pelos quais passariam discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior de semi-sistemas em processo. Nada é estanque, nem totalmente estruturado. (POSSENTI, 2009, p. 73).

Nesse quadro de reflexão, a posição teórica, aqui adotada, não tem a pretensão de se restringir à defesa de uma noção de sujeito marcadamente consciente e autônomo nem mesmo, por outro lado, classificá-lo como inconsciente, passivo, ou determinado pelas injunções históricas. A partir das contribuições teóricas apresentadas, buscamos neste artigo, fazer uma abordagem intermediária. De acordo com Possenti, “não ficarei em nenhum dos extremos, sem que isso implique em ficar no meio” (POSSENTI, 2009, p. 73), isto é, como esse autor, não acreditamos em sujeitos totalmente livres nem em sujeitos assujeitados. Embora as formações discursivas tendam a determinar o que os sujeitos dizem e a maneira como o fazem, não podemos ignorar o caráter ativo do sujeito na construção de novos sentidos por meio da interação.

Considerações finais

As concepções acerca do sujeito e da subjetividade, expostas e analisadas neste artigo, constituem um conjunto limitado, haja vista a complexidade desse assunto e a diversidade de estudos empreendidos por diversas áreas de conhecimento, sobretudo nos âmbitos da Filosofia, da Psicologia e da Análise do Discurso.

Refletir sobre as diferentes abordagens e os fundamentos que norteiam os estudos acerca das noções de sujeito e subjetividade nos possibilita perceber as nuances desse assunto, bem como identificar e analisar os avanços ocorridos entre os primeiros estudos no âmbito das Ciências Sociais, nos quais a subjetividade estava na identidade dos seres. Atualmente, o social tem um papel relevante para a constituição do sujeito.

Dessa maneira, acreditamos que o sujeito age no e pelo discurso, de forma ativa e dinâmica, na construção da realidade e de si próprio, mediado pela relação com o outro, num processo sócio-histórico. Dito de outra maneira, a posição-sujeito é (re)construída discursivamente, consoante a maneira como o indivíduo interage com os partícipes das situações sociais nas quais se insere.

Abstract

Understanding how man is constituted as a subject has been a constant concern of scholars from various fields of knowledge, from ancient Greece to the present. Given the diversity of studies on the subject and subjectivity, this article aims at presenting and analyzing some theories, highlighting the importance of these researches for the studies of language.

Key words: Subject; Subjectivity; Language.

Referências

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução: Michel Lahud. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1992, 196 p.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1988, p. 284-293.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Subjetividade, representação e sentido. In: BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 33-45.

DAHLET, Patrick. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: Dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 59-84.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987, p. 161-218.

FABRI, Marcelo. A concepção fenomenológica de cultura. In: **Fenomenologia e cultura: Husserl, Levinas e a motivação ética do pensar**. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 27-53.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972, 260 p.

HUSSERL, Edmund. **Conferências de Paris**. Tradução de Artur Morão e António Fidalgo, 1929. Disponível em: <www.lusosofia.net> Acesso em: 24 de nov. de 2009.

KANT, Emmanuel. Tradução de J. Rodrigues de Menege. **Crítica da Razão Pura**. Créditos da digitalização: Membros de discussão Acrópolis (Filosofia). Disponível em: <<http://br.egroups.com/group/acropolis>> Acesso em: 19 de nov. de 2009.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp. 2010, p. 307-315.

POSSENTI, Sírio. O sujeito fora do arquivo? In: POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 73-84.

REY, Fernando Luis González. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. Tradução: Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, 290 p.